

APRESENTAÇÃO

CNJ 20 anos: impactos das políticas do CNJ no Poder Judiciário e na sociedade

Em 2025, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) celebra duas décadas de trajetória institucional, reafirmando seu papel central no fortalecimento do Estado Democrático de Direito e na consolidação de um Judiciário moderno, transparente e comprometido com a cidadania. Desde sua criação, por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, o CNJ tem se destacado como uma notável inovação republicana do século XXI, transformando profundamente o modo como se compreende e se administra a Justiça no Brasil.

Instituído como órgão de controle e planejamento estratégico do Poder Judiciário, o Conselho não apenas redesenhou a arquitetura institucional da Justiça brasileira, mas também imprimiu a ela uma nova cultura: a da responsabilidade pública, da eficiência administrativa e da escuta social. Ao longo desses vinte anos, o CNJ assumiu com vigor a missão de velar pela autonomia e pelo bom funcionamento da magistratura, ao mesmo tempo em que promoveu, com rara sensibilidade e competência técnica, uma série de políticas judiciais voltadas à promoção dos direitos humanos, à pacificação social e à inclusão.

A história do CNJ é a história de um Brasil que busca a elevação civilizatória por meio da Justiça. É sob essa perspectiva que se pode compreender o impacto de programas e iniciativas que transcenderam o campo institucional, alcançando diretamente a vida de milhões de brasileiros. O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento trouxe agilidade, transparência e humanidade aos processos de adoção, conectando histórias de vida com dignidade e amor. O Pacto Nacional pela Primeira Infância firmou o compromisso do Judiciário com os direitos fundamentais das crianças em sua fase mais decisiva de desenvolvimento, mobilizando esforços interinstitucionais de alcance nacional.

Com o mesmo espírito de justiça social, o CNJ tem atuado de maneira proativa na promoção de diretrizes voltadas ao atendimento humanizado de mulheres em situação de violência, por meio do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, que orienta a magistratura na superação de estigmas e estereótipos discriminatórios, contribuindo para decisões mais justas e respeitadas. A política da Pena Justa, por sua vez, representa um marco no enfrentamento do encarceramento em massa, ao fomentar a proporcionalidade e a racionalidade nas decisões penais, em especial para populações vulnerabilizadas pelo sistema punitivo.

A sensibilidade democrática do CNJ também se manifesta em ações concretas voltadas à equidade racial e à valorização da diversidade. Programas institucionais de incentivo à participação de pessoas negras, indígenas e de comunidades tradicionais na magistratura e nos órgãos do sistema de Justiça têm sido fundamentais para reconfigurar espaços historicamente excludentes. Da mesma forma, o respeito às identidades de gênero tem sido promovido com firmeza, com destaque para as políticas voltadas à população trans, que incluem diretrizes para o reconhecimento do

nome social, o acesso igualitário aos serviços judiciais e a promoção de um ambiente institucional livre de preconceitos.

A pauta ambiental também encontrou no CNJ um defensor comprometido. Por meio do programa Sustentabilidade no Poder Judiciário, o Conselho tem incentivado práticas responsáveis no uso de recursos naturais, na gestão energética e na adoção de parâmetros de governança ambiental. Trata-se de uma agenda ética, que reconhece a interdependência entre Justiça, meio ambiente e dignidade humana.

Ao longo desses vinte anos, o CNJ soube articular os diversos segmentos do sistema de Justiça, valorizando o diálogo interinstitucional e a participação social. Sua composição plural, que reúne magistrados, membros do Ministério Público, representantes da advocacia e da sociedade civil, reflete a essência democrática que o sustenta. E é justamente essa vocação para a escuta e para o pacto institucional que o torna, hoje, uma instituição respeitada.

Em tempos de transformações aceleradas, o CNJ tem se mostrado igualmente sensível aos desafios da era digital. Iniciativas voltadas à transformação tecnológica, à proteção de dados pessoais, à inteligência artificial e à modernização da prestação jurisdicional colocam o Judiciário brasileiro na vanguarda da inovação pública. Não se trata apenas de modernizar processos, mas de garantir que os avanços tecnológicos sirvam à ampliação dos direitos e ao fortalecimento da cidadania.

Celebrar os vinte anos do Conselho Nacional de Justiça é, portanto, celebrar a maturidade institucional do Brasil, seu compromisso com uma Justiça mais próxima, mais eficiente e mais humana. É reconhecer o valor de uma entidade que tem sido, dia após dia, guardiã da legalidade, promotora da equidade e fiadora dos princípios republicanos. Mais que um marco temporal, esta celebração representa um tributo ao compromisso inabalável com a construção de um país onde a Justiça não apenas decida, mas acolha, transforme e inspire.

Na edição comemorativa aos 20 anos do Conselho Nacional de Justiça, a revista CNJ tem a honra de apresentar, em sua tradicional seção de entrevistas, a ilustre participação do ministro de sempre Nelson Jobim. Com sua trajetória marcante nos Três Poderes da República e papel decisivo na consolidação do Estado Democrático de Direito, o ministro oferece reflexões profundas sobre o passado, o presente e os desafios do futuro do Judiciário brasileiro. Sua presença nesta edição especial simboliza o compromisso da revista com a memória institucional e o pensamento crítico que moldam a Justiça em nosso país.

Com o compromisso de valorizar a produção acadêmica e fomentar o debate qualificado sobre o papel do Conselho Nacional de Justiça no aprimoramento do Judiciário brasileiro, esta edição comemorativa selecionou nove artigos por meio do sistema double peer review. Os textos aprovados refletem a pluralidade e profundidade dos temas que marcam a atuação do CNJ nas últimas duas décadas: “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero como Instrumento para a (Re)construção da Identidade da Mulher Trans e Travesti no Brasil”; “Sobre a Atuação Normativa e a Capacidade Institucional do Conselho Nacional de Justiça”; “A Política Judiciária Estruturante do CNJ para Tratamento Adequado de Conflitos Fundiários Coletivos: Análise da Resolução nº 510/2023 do CNJ”; “Os 20 Anos de CNJ: O Impacto dos Provimentos e Decisões do Conselho na Evolução do Instituto da Adoção e da Socioafetividade no Brasil”; “CNJ e Políticas de Tratamento Adequado da Litigiosidade: Por Mergulhos Mais Profundos”; “A Implementação das Audiências de Custódia pelo

CNJ: Impactos no Sistema de Justiça e na Sociedade”; “A Liberdade de Expressão do Poder Judiciário: Uma Análise da Regulação do Discurso de Magistrados pelo Conselho Nacional de Justiça”; “O Uso das Informações do CNJ e o Circuito Especial Penal”; e “Impacto da Resolução CNJ nº 492 e Desafios da Capacitação de Gênero em Perspectiva Interseccional na Região Sudeste”. A seção de artigos ainda conta com duas contribuições especiais de servidores do Conselho, que lançam luz sobre aspectos práticos e institucionais relevantes: “Desafios e Possibilidades à Busca Ativa no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento” e “O Conselho Nacional de Justiça na Promoção da Autocomposição como Política Pública Judiciária”.

Nesta edição histórica, a seção de jurisprudência presta uma justa homenagem ao legado normativo do Conselho Nacional de Justiça ao reunir os atos mais relevantes editados ao longo de suas duas décadas de atuação. A seleção criteriosa foi realizada por um grupo de renomados juízes, que, com olhar técnico e sensibilidade institucional, identificaram normas que marcaram profundamente a evolução do sistema de justiça brasileiro. A Revista CNJ agradece calorosamente a todos os autores que submeteram seus artigos científicos, contribuindo para o debate qualificado sobre o Judiciário, bem como aos magistrados que gentilmente colaboraram com o levantamento da jurisprudência. Estendemos, ainda, nossa sincera gratidão aos leitores que, ao longo dos anos, acompanham e fortalecem este espaço de reflexão, memória e compromisso com a justiça.

GABRIEL DA SILVEIRA MATOS

Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça
Editor-chefe da Revista CNJ

